

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.132 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 2000

AGENDA DA SEMANA

Senado examina aumento de recursos para a saúde

Plenário inicia amanhã o segundo turno de discussão da proposta de emenda constitucional que eleva o volume de verbas aplicadas pela União, estados e municípios no setor. PEC foi aprovada em primeiro turno no semestre passado e a votação final pode ocorrer na quinta-feira

PÁGINA 3

CAE APRECIA EXIGÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

PÁGINA 3



Suspeitos de integrar quadrilhas depõem na CPI

PÁGINA 4

Plenário também deve apreciar nesta semana a PEC que torna obrigatória a execução de emendas parlamentares ao Orçamento



MUDANÇAS NO CÓDIGO CIVIL SERÃO AVALIADAS PELA CCJ

PÁGINA 2

SUBCOMISSÃO DO JUDICIÁRIO DEFINE NOVOS DEPOIMENTOS

PÁGINA 4

CAS DISCUTE ALTERAÇÃO DA LEI DOS AGROTÓXICOS

PÁGINA 4

Treinamento a distância

No próximo dia 29, com um curso de processo legislativo a distância, será dado início à fase preparatória do projeto Universidade do Legislativo. A iniciativa do Senado oferecerá a estados e municípios a oportunidade de formar pessoal dedicado à correta aplicação do dinheiro público.

PÁGINA 7



O senador Fernando Matusalém (à esquerda) faz juramento durante a posse em Plenário

Fernando Matusalém assume no lugar de Amorim

O novo senador pelo estado de Rondônia tomou posse na sexta-feira. Ernandes Amorim afastou-se do mandato parlamentar para disputar a prefeitura de Ariquemes

PÁGINA 7



Carlos Patrocínio

Patrocínio quer mais genéricos no mercado

PÁGINA 5

Comissão visita áreas atingidas por enchente em Alagoas

PÁGINA 8



Nabor Júnior

Nabor teme domínio estrangeiro na Amazônia

PÁGINA 8

CCJ discute amanhã projeto do novo Código Civil

Reunião marcada para após a Ordem do Dia desta terça-feira vai apreciar o relatório preliminar da comissão especial da Câmara dos Deputados sobre as emendas que o Senado ofereceu à proposta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã, após a Ordem do Dia, para analisar o relatório preliminar da comissão especial da Câmara dos Deputados sobre as emendas que o Senado introduziu, em novembro de 1997, ao projeto de novo Código Civil, que tramita naquela Casa. O relator da matéria é o senador José Fogaça (PMDB-RS).

Caberá à CCJ verificar se as alterações propostas ao texto do Senado no relatório preliminar restringem-se a atualizar a matéria, em face das mudanças legais ocorridas durante a sua tramitação, nos termos da Resolução nº 1/2000, do Congresso Nacional. O projeto de Código Civil foi aprovado pelos deputados em 1984. Após a manifestação do Senado sobre o relatório preliminar, a matéria será devolvida à Câmara, onde vai ser apreciada em caráter definitivo pela comissão especial e pelo Plenário da Casa.

O texto aprovado no Senado promove mudanças profundas no Código Civil, em vigor há 83 anos, particularmente no Direito de Família, onde é extinta a prevalência do marido na sociedade conjugal e a distinção entre os filhos, suprimindo filiação legítima, legitimada, adulterina, incestuosa ou adotiva. A maioridade civil passa para 18 anos e o novo código cria a figura da "função social do contrato", possibilitando a revisão de contratos em casos de desequilíbrio gritante contra uma das partes.

A CCJ volta a se reunir na quarta-feira, às 10h, para examinar pauta que inclui parecer do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) favorável à aprovação de projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que proíbe o uso da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 86/99, altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal; quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/2000, que insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares; PDL nº 48/2000, que aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomático, Oficial/Serviço, Especial e Oficial de ambos os Países, celebrado entre os governos do Brasil e da República Cooperativa da Guiana; Requerimento nº 386/2000, do senador Ney Suassuna, solicitando a tramitação conjunta das PECs 57/95 e 63/99, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 387/2000, do senador Moreira Mendes, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 144 e 147, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Quarta-feira

10h – Sessão Solene do Congresso Nacional

Pauta: comemorar os dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). *Plenário do Senado Federal*

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; segundo dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 86/99, altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; segundo dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/2000, que insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares; PLS nº 263/99, altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e outros sistemas de informações de órgãos públicos; Requerimento nº 400/2000, do senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação

conjunta do PLS nº 108/99 com o PLC nº 32/95, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 404/2000, da senadora Marina Silva, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 149 e 320, de 1999, por regularem a mesma matéria.

19h – Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de vetos presidenciais. *Plenário da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 86/99, altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal; PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata; substitutivo da Câmara ao PLS nº 115/96, que restringe o uso de capuz em operações policiais; PDL nº 87/2000, que outorga permissão à Chapadão Radiodifusão FM de São Roque de Minas (MG); PDL nº 110/2000, que outorga concessão ao Sistema Matogrande de Rádio e Comunicação OM de Tours (RN); e PLS nº 109/95, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros itens, PRS nº 134/99, altera a Resolução do Senado nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PRS nº 27/2000, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo; PRS nº 41/99, altera a Resolução do Senado nº 96/89, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno; PLS nº 153/2000, que cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para antes da Federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade



2000, que reabre o prazo de opção ao Refis. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: entre outros itens, PLS nº 575/99, altera a Lei nº 9.612/98, que institui o serviço de radiodifusão comunitária e para instituir o serviço de televisão comunitária; PLS nº 421/99, que torna obrigatório o uso do alfabeto braile nos manuais de especificações técnicas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos; e PLS nº 108/2000, altera artigo da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

15h – CPI de Roubo de Cargas

Pauta: depoimento do caminhoneiro Jorge Méres e de Ananias Elisário da Silva. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

Após a Ordem do Dia – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDL nº 12/88, que aprova os textos das recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

Após a Ordem do Dia – Subcomissão Permanente do Judiciário

Pauta: apreciação dos requerimentos apresentados. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

Após a Ordem do Dia – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros itens, relatório preliminar da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre as emendas do Senado oferecidas ao PLC nº 118/84 (institui o Código Civil); Requerimento nº 235/96, solicitando seja submetido ao Senado, após ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o recurso objetivando desarquivar o feito atinente à CPI dos Corruptores, a que se refere o Requerimento nº 402/95; PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; Emenda nº 2 de plenário ao substitutivo ao PLS nº 30/99; altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos de administração pública; PLS nº 140/99, altera a redação

Fiscal; PLS nº 338/99, que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI do artigo 192 da Constituição federal; PLS nº 4/2000, que dispõe sobre a cobrança de pedágio nas rodovias brasileiras; PLS nº 13/2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.249/95 e à Lei nº 9.250/95, que dispõem sobre o Imposto de Renda das pessoas jurídicas e das pessoas físicas; e PLC nº 36/

do § 9º art. 789 do Decreto-Lei nº 5.452/43 (CLT), para estender aos presidentes das juntas de Conciliação e Julgamento e aos juizes de direito a faculdade de conceder o benefício da justiça gratuita, nas hipóteses que especifica; e PLS nº 168/99, altera a Lei nº 9.503/97, que institui o Código Brasileiro de Trânsito. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros itens, Ofício "S" nº 25/2000, encaminha ao Senado anteprojeto do Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos (Codic), objetivando a criação do Conselho Federal e do Curso Nível Superior; PLS nº 134/2000, que dispõe sobre a contagem de tempo para aposentadoria dos serviços prestados por cidadãos em órgãos públicos e empresas privadas a título de estágio; PLS nº 96/2000, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõem sobre a fixação do salário mínimo, de acordo com a Constituição federal; PLS nº 12/2000, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário; e PLS nº 526/99, altera a Lei nº 7.802/99, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, o destino, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e nº 538/99, altera os artigos 6º, 9º e 14 da Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 11*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros itens, PLS nº 302/99, dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; PEC nº 77/99; imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição federal; PLS nº 444/99, cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol), destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas universidades das regiões Norte e Nordeste; PLS nº 610/99, institui normas para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país e regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços; PDL nº 18/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 19/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós; e PDL nº 20/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Solimões. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Em Qualquer Outro Lugar*, de Wayne Wang. *Auditoria Petrólio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprecia emenda que eleva verbas para saúde

Já aprovada no primeiro turno de votação, a proposta obriga a União a investir no setor neste ano, no mínimo, 5% a mais do que o total aplicado em 1999. Pauta da semana também inclui a proibição de venda de ações da Petrobras

O Senado inicia amanhã o segundo turno de discussão da proposta de emenda constitucional da Câmara dos Deputados que assegura recursos mínimos para a saúde. Aprovada em primeiro turno no semestre passado, a emenda aumenta o volume de recursos aplicados pela União, estados e municípios nos serviços de saúde, definindo as suas fontes. Se não houver emendas de Plenário, a proposta será votada quinta-feira.

A proposta estabelece que uma lei complementar definirá o percentual a ser aplicado no setor de saúde pela União, estados e municípios. Até a aprovação dessa lei, valerá uma disposição constitucional transitória segundo a qual a União será obrigada neste ano a aplicar em saúde 5% a mais do que em 1999 e, entre 2001 e 2004, o valor aplicado em 2000 corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Também na quarta-feira, deverá ser votada, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites mínimos e máximos de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União. O texto estabelece que o limite máximo de 65 anos exigido para nomeação de ministro não deve aplicar-se aos auditores do TCU que tenham exercido o cargo de ministro-substituto.

Em primeiro turno, deve ser apreciada a proposta de emenda constitucional do senador José Alencar (PMDB-MG) que torna obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente

das emendas de parlamentares. Pela proposta, a não-execução dessas emendas implicará em crime de responsabilidade do presidente da República.

Em regime de urgência, será votado projeto de iniciativa do presidente da República que regulamenta os artigos da Constituição na redação dada pela reforma da Previdência. Essa reforma previu a edição de normas especiais para regulamentar a relação entre os entes públicos que patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e essas instituições.

A pauta de quarta-feira também inclui projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que estabelece a proibição de venda das ações da Petrobras que excedem o mínimo necessário para o governo manter o controle da empresa. O projeto ainda impede a privatização da empresa e também do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Incluído na Ordem do Dia da última sessão deliberativa do semestre passado, o projeto foi objeto de requerimento solicitando o adiamento da votação.

Outro item da pauta é o substitutivo a projeto da Câmara que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a ser implementado a partir de 27 de novembro deste ano. Pelo projeto, o programa deve incluir as seguintes atividades: campanha institucional nos meios de comunicação; ações em parceria com as



Outra matéria que o Plenário deve votar torna obrigatória a execução orçamentária de emendas feitas pelos parlamentares

secretarias estaduais e municipais de saúde; e parceria com universidades, sociedades civis organizadas e sindicatos para a realização de debates e palestras sobre a doença.

Outra matéria que aguarda votação é o substitutivo oferecido pela Câmara a projeto do Senado que restringe o uso de capuz em operações policiais. O substitutivo propõe alteração de redação no projeto e exige a fundamentação por escrito da autorização para descaracterização do policial, por meio de capuz ou outro meio impeditivo de identificação.

Os senadores devem votar ainda substitutivo da ex-senadora Lúzia Toledo (PSDB-ES) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece critérios para a outorga e renovação de emissoras de rádio e televisão. A matéria será agora apreciada pelo Plenário. O projeto de Simon inclui a regulamentação do Conselho de Comunicação Social, criado pela Constituição, assim como a criação dos respectivos conselhos regionais.

CAE avalia exigência de divulgar receitas e despesas públicas

O projeto de resolução que determina que a União, estados, municípios e demais entes públicos publiquem seus orçamentos e informações financeiras como condição para a autorização de operações de crédito é uma das propostas que devem ser votadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião prevista para amanhã, às 10h. O projeto foi apresentado a partir das investigações da CPI do Sistema Financeiro.

A proposta, relatada por Luiz Otávio (sem partido-PA), também exige que o Tribunal de Contas da União (TCU) crie uma *homepage* na Internet para a divulgação desses dados. Para o relator, o projeto pode conferir "transparência absoluta" sobre as contas administradas pelo presidente, governadores e prefeitos.

A CAE, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), tem outros nove itens em pauta, como o projeto de lei complementar do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que estabelece critérios de redistribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados para as unidades da Federação que cumprirem todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para Osmar, não existem instrumentos que estimulem os estados a seguirem a restrição orçamentária

imposta pela lei. "Pela primeira vez na história republicana, garantir-se-á que os beneficiados na Federação sejam os estados que cumpram as metas e limites fiscais em detrimento dos estados perdulários", justificou o autor.

Mas, para o relator Agnelo Alves (PMDB-RN), a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece uma série de sanções e, por isso, não há por que privilegiar o estado cumpridor da lei, mas, sim, punir o estado que não a cumpre.

Relatado por Wellington Roberto (PMDB-PB), o proje-



Segundo Luiz Otávio, projeto garante "transparência absoluta" das contas públicas

CRE delibera amanhã sobre conferência do trabalho

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), pode decidir amanhã, a partir das 17h30, arquivar projeto de decreto legislativo que aprova o texto das Recomendações Adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985.

Relator da matéria, o senador licenciado Carlos Wilson (PPS-PE) explica no parecer que recomen-

dações, diferentemente dos demais tratados internacionais, não se incorporam ao ordenamento jurídico do país filiado por meio de decreto legislativo, sendo, portanto, inapropriado submeter a aprovação de seus textos por essa via.

O parlamentar informa que essas recomendações devem ser adotadas pelos países filiados como subsídios na produção de normas compatíveis com o teor do texto aprovado. Essa, frisou, é



Wilson propôs arquivar a matéria por discordar do meio legal usado para submetê-la ao Senado

a razão do voto pelo arquivamento da matéria.

Subcomissão decide quem será chamado para depor

Audiência de procuradores da República é solicitada no primeiro dos 26 requerimentos a serem apreciados amanhã pelos senadores

Após ouvir as explicações do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira sobre suas ligações com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, apontado como principal responsável pela obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), a Subcomissão do Judiciário reúne-se amanhã, após a Ordem do Dia, para decidir quais serão os próximos depoentes.

Já foram apresentados 26 requerimentos à subcomissão. O primeiro deles, apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), pede que os procuradores da República Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb sejam ouvidos sobre a eventual participação de Eduardo Jorge nas irregularidades da obra do TRT. Dutra havia inicialmente solicitado que os



Dutra é autor do requerimento que pede audiência de procuradores

procuradores prestassem depoimento antes do ex-secretário, para que os parlamentares da subcomissão tivessem mais elementos para questionar Eduardo Jorge.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pede que sejam ouvidas as procuradoras Janice Ascari, Isabel Groba e Maria Luíza Duarte, do Ministério Público em

São Paulo, também sobre a liberação de verbas para a obra do TRT. Janice Ascari foi citada por Eduardo Jorge em seu depoimento. De acordo com o ex-secretário, ela não o teria convidado a depor até o momento por não haver encontrado indícios de sua participação no episódio. Suplicy solicita ainda que seja feita uma recomendação ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, para que suspenda o pagamento de uma aposentadoria no

valor de R\$ 8.046 ao ex-juiz Nicolau dos Santos Neto.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ), indicado por seu partido para a subcomissão no lugar do líder do governo, José Roberto Aruda (PSDB-DF), apresentou 22 requerimentos na quinta-feira. Entre as pessoas que o senador deseja ouvir estão Mauro Durante, secretário-geral da Presidência da República durante o governo Itamar Franco — quando foi aprovado crédito adicional destinado à obra do TRT — e vários integrantes e ex-integrantes da direção do tribunal. Távola sugere ainda que sejam feitos convites ao deputado João Coser (PT-ES), sub-relator do Orçamento da União em 1997, e ao presidente do TST, Almir Pazzianotto.

Além de todos esses requerimentos, a subcomissão deverá apreciar outros feitos diretamente ao presidente da Comissão Representativa do Congresso Nacional, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), durante o período de recesso legislativo em julho.

CAS aprecia projeto que disciplina registro de produtos agrotóxicos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na quarta-feira, às 9h, para apreciar, entre oito itens, parecer favorável do senador Antero de Barros (PSDB-MT) a duas mudanças na Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 1989) propostas pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e pelo então senador Blairo Maggi. O relator consolidou-as em um substitutivo estabelecendo que a comercialização de agrotóxicos exige registro prévio do princípio ativo do produto e que compete ao Poder Executivo fixar normas relativas à destruição de embalagens de agrotóxicos. A decisão da CAS será em caráter terminativo.

Atualmente o registro prévio de agrotóxicos utilizados no país é feito pelo nome comercial e implica um complexo e oneroso processo que, na opinião de Blairo Maggi, “eleva sobremaneira o custo de produção”. Além do registro prévio do princípio ativo, o senador propôs o reconhecimento do prin-

cípio de similaridade, quando se tratar de produto substancialmente equivalente em suas características físicas e químicas. Assim, produtos que já estejam sendo comercializados em outros países também o poderão ser no Brasil, o que trará redução de custos, conforme o autor da proposta.

No caso do projeto de Álvaro Dias, o senador, além de estabelecer em lei a competência da União para legislar sobre produção, registro, comércio interestadual, exportação, importação, transporte e destruição de embalagens, pretendia transferir aos fabricantes e aos importadores a responsabilidade pela destruição das embalagens de agrotóxicos.

O substitutivo de Antero de Barros, no entanto, resgata parcialmente as propostas originais dos dois



Antero apresentou substitutivo às propostas sobre agrotóxicos

senadores, dado que em maio deste ano o Plenário do Senado aprovou projeto apresentado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), sancionado como lei em junho passado. A lei, sobre a mesma matéria, só não abrangeu as duas mudanças incluídas no substitutivo, de modo que a transferência da responsabilidade pela destruição das embalagens de agrotóxicos não foi incluída na proposta de Antero de Barros a ser apreciada.

A CAS também analisará projeto de lei do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que cria o Conselho de Corretores de Seguros, de Capitalização e de Previdência Privada. Designado como relator da matéria, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) emitiu parecer recomendando o envio da matéria à CCJ, para apreciação de sua constitucionalidade.

Comissão de Educação tem 30 matérias na pauta

A Comissão de Educação do Senado reúne-se amanhã, às 11h30, para analisar uma pauta de 30 matérias, entre elas proposta que exige a inclusão de instruções em alfabeto braile nos manuais de produtos eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Em seu parecer favorável à proposta, que tramita em regime de urgência, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) lembrou que a situação de portador de deficiência física ou mental não pode condenar ninguém à condição de segregado social.

— Em boa hora, o projeto contribuirá significativamente para proporcionar aos deficientes visuais mecanismos que lhes permitirão romper barreiras de exclusão social. Segundo informações da Secretaria de Ensino Especial do Ministério de Educação, cerca de 18 mil pessoas com deficiências visuais são alunas da rede de ensino fundamental, das quais 4 mil frequentam as classes de educação especial pelo sistema braile — informou Emilia.

A senadora também é relatora do projeto que institui o Serviço



Emilia é relatora do projeto que beneficia deficientes visuais

de Televisão Comunitária, anexo ao de Radiodifusão Comunitária já existente. Segundo seu relatório, as emissoras comunitárias de rádio vêm desempenhando relevante função social nas cidades do interior e nas periferias das grandes cidades, veiculando informações ligadas aos seus interesses peculiares.

CLUBES

Na pauta de votações consta também projeto que institui normas gerais sobre desporto, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002. O relator da proposta, senador Djalma Bessa (PFL-BA), ofereceu parecer pela prejudicialidade da matéria. Outro projeto a ser analisado é o que altera os percentuais de compensação financeira pela exploração de recursos minerais que deverá receber o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Está na pauta também a proposta que denomina Sebastião Diniz a ponte sobre o rio Uraricoera, na rodovia BR-174, em Roraima.

Ex-caminhoneiros devem comparecer amanhã à CPI

Os ex-caminhoneiros Jorge Méres e Ananias Elisário da Silva estão convocados para depor amanhã, às 15h, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura o roubo de cargas em todo o país. Eles já foram investigados pela CPI do Narcotráfico e são os primeiros depoentes diretamente acusados de envolvimento no roubo de cargas.

A CPI do Roubo de Cargas, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), deve estender sua atuação para lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões, tendo ainda seu prazo de funcionamento ampliado por mais um ano.

Para confirmar a decisão, estão sendo colhidas assinaturas de parlamentares. Como justificativa, além da grande quantidade de denúncias a serem apuradas, há a realiza-



ção de eleições municipais em outubro, que obrigará candidatos e lideranças partidárias a percorrerem seus estados em campanha.

De acordo com dados fornecidos por associações de transportadoras, ocorrem anualmente, em média, mais de quatro mil extravios de cargas nas estradas do país, com um prejuízo aproximado de meio bilhão de reais. Apenas metade da carga transportada no país é coberta por seguro. Até



Romeu Tuma preside a CPI mista que apura roubo de cargas

agora, já foram quebrados pela CPI os sigilos bancário, telefônico e fiscal de 30 pessoas e empresas suspeitas de envolvimento com o roubo de cargas.

Carlos Patrocínio pede maior oferta de genéricos

Deve também ser garantido à população, defendeu o senador, acesso a vacinas e medicamentos essenciais, como forma de equidade social

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu sexta-feira uma maior oferta de medicamentos genéricos e maior acesso da população pobre a vacinas e remédios essenciais. Para isso, disse o parlamentar, é preciso melhorar o sistema de saúde pública brasileiro. Patrocínio destacou recente



Patrocínio: política brasileira de medicamentos é exemplo para outros países

depoimento da diretora-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), a norueguesa Gro Harlem Brundtland, na Câmara dos Deputados, que apontou o acesso das pessoas a medicamentos essenciais e vacinas como um dos “indicadores-chave de equidade e justiça social”.

De acordo com o senador, sistemas de saúde de todos os tipos, tanto em países pobres como em países desenvolvidos, consideram como importantes os benefícios terapêuticos e econômicos da abordagem de medicamentos essenciais. “Não obstante a quase unanimidade desse reconheci-

mento, a Humanidade chega às portas do século 21 com estatísticas lamentáveis: um terço da população mundial ainda não tem acesso aos medicamentos de que necessita para ter uma boa saúde”, acrescentou Patrocínio.

Dados recentes da OMS apontam que, nas regiões mais pobres da África e Ásia, mais de 50% da população não têm acesso tampouco aos medicamentos vitais. No ano passado, 10,3 milhões de crianças abaixo de cinco anos de idade morreram nos países em desenvolvimento, observou o parlamentar. “Por razões como essas, a OMS vem preconizando a criação de políticas nacionais de medicamentos essenciais”, informou.

Devido à orientação, revelou Carlos Patrocínio, vários países deram ênfase a duas grandes linhas políticas: a promoção de medicamentos essenciais e o uso de medicamentos genéricos de qualidade. “Desde que lançou a Política Naci-

onal de Medicamentos, em 1998, o governo federal vem seguindo os princípios e estratégias de medicamentos essenciais recomendados pela OMS, e nossa política é apontada como um bom exemplo para países de nossa região e de outras partes do mundo”, observou.

A própria diretora da OMS, assinalou o senador, reconheceu que o Brasil “está empreendendo importantes esforços para melhorar o acesso aos medicamentos essenciais e assim promover a equidade na saúde de nossa população”. Ela defendeu, dentro desse quadro, a intervenção do governo no controle de preços dos medicamentos, na regulamentação das patentes e na importação de insumos, além do incentivo à indústria nacional.

Apesar dos esforços do governo e do Congresso Nacional, Patrocínio entende que o processo de ampliação da oferta de genéricos “é moroso, pois há grandes interesses contrariados e significativas reduções das margens de lucro”. Atualmente, informou, há 69 medicamentos genéricos aprovados no país. O parlamentar defende uma aceleração desse processo.

Só CPI pode apurar denúncias, afirma Heloísa

Ao discursar pelo Bloco Oposição, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) voltou a defender a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o eventual envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira com a obra superfaturada do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, além de outras denúncias.

Segundo disse, a audiência pública realizada pela Subcomissão do Judiciário na última quinta-feira, quando foi ouvido o ex-secretário, comprovou mais uma vez que uma comissão que não tenha poderes investigatórios não será capaz de cumprir o que espera a sociedade: o desvendamento dos mistérios que, conforme ela, circundam o assunto.

— Até parece, da forma como manifestaram-se os líderes do governo após a reunião, que tudo ficou esclarecido. Mas qualquer pessoa de bom senso sabe como é

fácil montar *shows* como os armados pelo ex-juiz Nicolau dos Santos Neto e pelo senador cassado Luiz Estevão em seus depoimentos nesta Casa — lembrou.

Heloísa também citou o fato de a subcomissão já haver recebido 37 requerimentos convidando pessoas que tenham tido alguma ligação com os fatos apontados como irregulares e outros pedindo a quebra do sigilo bancário e telefônico de outros nomes.

— Se a bancada do governo pensa que essa grande quantidade de requerimentos vai retardar as apurações ou dismantlar a persistência da oposição, está enganada. Além do que essa estratégia pode surpreender o próprio governo — alertou a senadora.

Ela disse também esperar que o



Para Heloísa, o depoimento de Eduardo Jorge não esclareceu as acusações

governo ofereça, sem que haja solicitação formal, a listagem em meio magnético de todas as ligações telefônicas realizadas durante o período em que Eduardo Jorge exerceu a função de secretário na Presidência da República e também como chefe de gabinete quando

Fernando Henrique Cardoso foi ministro da Fazenda.

Heloísa cobrou uma atitude enérgica das autoridades para punição dos culpados pelas irregularidades na construção do TRT e de outras relacionadas com o dinheiro público. “Temos que punir os saqueadores dos cofres públicos com o mesmo rigor da lei que é imposto a um pobre que rouba um pão neste país”, defendeu a senadora.

Romero Jucá elogia política agrária de Fernando Henrique

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que somente agora, com o governo Fernando Henrique Cardoso, a questão da terra no Brasil foi tratada “com competência técnica, racionalidade e a indispensável decisão política para resolvê-la”. Segundo o parlamentar, as milhares de famílias camponeas em terras regularizadas conseguiram bom desempenho em termos de produção, graças à execução de uma política de apoio aos assentados.

Como prova do êxito do programa oficial de reforma agrária, o senador citou o trabalho do especialista José de Souza Martins, professor do Departamento de Socio-



Romero Jucá: famílias assentadas apresentam bom desempenho na produção

logia da Universidade de São Paulo (USP). “Ele faz uma análise do processo histórico no país, mostrando que os interesses inconfessos, as deturpações ocasionadas pela ideologia e o primarismo quanto ao domínio técnico sempre travaram a reforma agrária no Brasil.”

O senador disse ainda que o trabalho de José de Souza Martins defende ser possível hoje um pacto nacional pelo futuro, principalmente em torno da questão agrária, se a terra for tratada como o problema social e histórico que é de fato, como foi o da escravidão no século passado.

Ricardo Santos defende o aumento da produção de café

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) quer mais colaboração entre os agentes públicos e os produtores privados para aumentar e melhorar a produção de café no país. Na avaliação do parlamentar, o produto tem papel fundamental e histórico na economia brasileira. “Atualmente, 3,5 milhões de pessoas vivem da cafeicultura, setor importante para a geração de superávit comercial, porque o Brasil é o maior exportador mundial de café verde e solúvel.”

Na opinião de Ricardo Santos, a produção de café no Brasil tem boa vantagem tecnológica em relação aos outros países graças aos esforços da Embrapa e de outras instituições de pesquisa. Para o senador, o ponto mais vulnerável no Brasil é a falta de recursos para os produtores. “O crédito escasso e os juros elevados constituíram-se em fatores de inibição ao acesso às tecnologias disponíveis para os nossos cafeicultores”, disse.

Lembrando que os principais estados produtores de café são Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Bahia e Rondônia, Ricardo Santos informou que, em 1999, o produto garantiu US\$ 2,4 bilhões em



Ricardo Santos: Brasil tem vantagem tecnológica em relação a outros países

receitas com exportação. Para melhorar ainda mais a produção, o senador sugere mais investimentos em pesquisas tecnológicas e difusão de cooperativas e associações de produtores, além da inclusão sistemática da produção cafeeira nos planos de safra do Ministério da Agricultura.

O senador quer ainda uma reavaliação, junto à Associação dos Países Produtores de Café, dos preços que servirão de base à política de retenção, para que se elimine a possibilidade de crescimento contínuo da oferta mundial. Ricardo Santos pediu também mecanismos de acompanhamento e controle do cumprimento de acordos entre os países associados.

O senador lembrou ainda que os principais concorrentes do Brasil na cafeicultura são Colômbia, Peru, México, Guatemala e Honduras, além de países da Ásia, com o café do tipo robusta. Ele destacou ainda que o governo estabeleceu retenção de 20% do café exportável. “Não estão claros os efeitos a médio e longo prazos da medida, mas a proposição do governo vem atender aos anseios dos diversos segmentos do agronegócio”, acredita.

Simon homenageia memória do ex-senador Salgado Filho

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) prestou homenagem à memória do ex-senador gaúcho Salgado Filho, falecido há 50 anos em um acidente aéreo. Simon recordou a ligação do ex-senador com Getúlio Vargas, ressaltando que sua morte ocorreu justamente quando ele se dirigia a São Borja, onde se encontraria com Vargas, para pedir apoio na campanha para o governo do estado.

Primeiro ministro da Aeronáutica, nomeado por Vargas, Salgado Filho teve atuação decisiva para estruturar a aviação civil e militar, ressaltou Simon. "Ele organizou a Força Aérea Brasileira, reorganizou as linhas nacionais e autorizou a primeira linha para os Estados Unidos", informou o senador. No cargo de ministro da Indústria e Comércio, disse ainda Simon, Salgado Filho "teve uma atuação brilhante", sendo o autor de quase toda a legislação trabalhista do período, além de ter instituído o uso obrigatório da carteira de trabalho.

A pista de pouso e decolagem



Pedro Simon lembra "atuação brilhante" de Salgado Filho como ministro

da Base Aérea de Santa Maria (RS), "em homenagem a esse grande brasileiro", disse Simon, passou a chamar-se Salgado Filho no início deste mês.

— Trata-se de uma merecida homenagem a um homem que fazia parte de uma brilhante geração de líderes políticos gaúchos, que tiveram atuação nacional na primeira metade deste século, como Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e João Neves da Fontoura, entre tantos outros — finalizou Pedro Simon.

Para Mozarildo, Provão melhora qualidade do ensino

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) comemorou o sucesso que o Exame Nacional de Cursos — o Provão — tem alcançado desde que foi implementado pelo Ministério da Educação, em 1996. Ele destacou, principalmente, a melhoria na qualificação dos professores e cursos universitários, como também das próprias instituições de ensino superior que vêm sendo avaliadas durante esse período.

Mozarildo disse que o Provão comprovou a vitória do governo em três aspectos que dizem respeito ao assunto: a confirmação de "uma velha desconfiança" de que o ensino superior público no Brasil é melhor que o ensino universitário particular (entre as 15 universidades mais bem qualificadas no ranking do Provão, 14 são públicas); quase 30 escolas já testadas pelo mecanismo conseguiram subir o conceito desde o início do



Mozarildo Cavalcanti

Provão e cerca de 200 mil alunos (2/3 de todas as pessoas que concluíram o ensino de graduação) submeteram-se à prova.

Ao lembrar a resistência inicial que a comunidade acadêmica — formandos e docentes — demonstrou diante da obrigatoriedade de realização dos exames, o senador registrou que cerca de 215 mil alunos farão a prova deste ano, com a avaliação de 2.938 cursos de 18 áreas distintas.

— Houve um crescimento de 262% em relação à primeira avaliação — certificou Mozarildo, que aproveitou para reforçar seu total apoio a esse tipo de processo de avaliação do ensino superior. "Esses resultados têm servido para o Ministério da Educação orientar suas ações no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino nacional", salientou o senador.

Construção de usina beneficiará dois estados, diz Edison Lobão

Para o senador, início das obras, daqui a dez meses, dará grande impulso ao desenvolvimento do Maranhão e Tocantins

O início das obras da Usina de Serra Quebrada, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, daqui a dez meses, irá integrar toda a região e dar grande impulso ao desenvolvimento econômico e social dos dois estados. A previsão é do senador Edison Lobão (PFL-MA), que também anunciou a construção, pelo governo, da Usina de Estreito. Interligada ao "linhão" e à de Serra Quebrada, a Usina de Estreito terá uma linha de transmissão com cerca de 1.276 quilômetros, unindo a cidade de Imperatriz, no Maranhão, a Brasília.

Edison Lobão acrescentou que os estudos de atualização do projeto de engenharia e a elaboração do chamado estudo de impacto ambiental para a construção da Usina de Serra Quebrada já estão bastante

adiantados. Ele deu destaque ao baixo custo das obras e informou que a área inundada será totalmente aproveitada, com a possibilidade de exploração do cerrado e das matas remanescentes.

Depois de enaltecer o trabalho do presidente da Eletronorte, José Antônio, "que sempre lutou para que as usinas de Serra Quebrada e Estreito fossem construídas", Edison Lobão afirmou que as duas obras garantirão energia a um dos mais importantes "corredores" brasileiros. A região, além de abastecer o mercado interno com sua produção agropecuária, pode-



Edison Lobão elogia trabalho do presidente da Eletronorte

rá exportar em grande escala.

Para a chamada região tocantina, no entender de Edison Lobão, as obras trarão vários benefícios, a começar pelo crescimento econômico da cidade de Imperatriz. Além disso, serão responsáveis pela geração de emprego e renda e o fortalecimento da agricultura, através de projetos de irrigação.

Os senadores Bello Parga (PFL-MA), Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Ribamar Fiquene (PFL-MA), em apertes, também enalteceram o início das obras das usinas de Serra Quebrada e Estreito.

Bezerra defende implantação da hidrovía Tocantins-Araguaia

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) voltou a defender a implantação da hidrovía Tocantins-Araguaia, considerando-a um empreendimento imprescindível para o desenvolvimento de Mato Grosso e de todo o Brasil Central.

Para o senador, a hidrovía poderia garantir um escoamento mais seguro e eficaz da produção agrícola de seu estado, reduzindo custos e diminuindo perdas na produção.

— No caso de longos percursos, utiliza-se a combinação de pelo menos dois modais de transportes para se chegar à sustentabilidade da equação econômica. No transporte de *commodities*, em que a negociação se dá em grandes volumes e com baixo preço unitário, é mais vantajoso usar a hidrovía e a ferrovia do que rodovias — explicou Carlos Bezerra, citando estudos da revista agrícola *Agroanalysis*, da Fundação Getúlio Vargas, e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

No caso da soja, o senador lembrou que, apesar de o país ser o segundo maior exportador mundial,



Carlos Bezerra considera a hidrovía "fator de integração nacional"

cerca de 67% do produto são transportados por rodovia, 28% por ferrovia e somente 5% por hidrovía. Ele salientou a necessidade de reduzir o custo atual do transporte, que chega a representar mais de 35% do preço total dos produtos agrícolas.

— Como se não bastasse, há grande desperdício de grãos devido à manipulação inadequada das safras. Só em 1996 perdeu-se, desde o preparo do solo até o transporte, antes e após a colheita, cerca de 11,5 milhões de toneladas de grãos — lamentou.

A solução, para Bezerra, seria reconhecer a importância do transporte multimodal.

— O Plano Plurianual de Investimentos, elaborado pelo governo, observa essa multimodalidade como prioridade para o transporte nas regiões Centro-Oeste, Noroeste, Centro-Leste, Nordeste e Tietê-Paraná, que são corredores de escoamento da produção. A hidrovía Tocantins-Araguaia afirma-se como fator de integração nacional e é o mais premente projeto regional de complementação hidroviária — ressaltou Carlos Bezerra.

Francelino quer incluir área de Minas Gerais no IDH-14

Em campanha pela inclusão dos municípios mais pobres de Minas Gerais no Programa de Desenvolvimento Integrado Socioeconômico (IDH-14), o senador

Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou que parlamentares e prefeitos reuniram-se no Palácio do Planalto com os ministros da Casa Civil, Pedro Parente, e da Secretaria-Geral, Aloysio Nunes Ferreira. Francelino lembrou que essa região mineira já faz parte da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

— O governo apresentará uma resposta à solicitação das lideranças para que toda a área mineira da Sudene, a mais antiga e a mais recente, integrada pelo Vale do Jequitinhonha, seja incluída no programa IDH-14 — afirmou Francelino Pereira, que se disse confiante, "na expectativa de uma resposta satisfatória".



Francelino Pereira confia em resposta positiva do governo

Matusalém empossado na vaga de Ernandes Amorim

Foi empossado na sessão de sexta-feira o suplente Matusalém Gonçalves Fernandes (PPB-RO), que adotará o nome parlamentar de Fernando Matusalém. Ele substituirá o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), que solicitou seu afastamento para disputar a prefeitura de Ariquemes, em Rondônia. Fernando Matusalém nasceu em 1959, é natural de Fernandópolis, São Paulo, mas reside há vários anos em Ariquemes, onde possui empresas de frigoríficos.



Matusalém Gonçalves Fernandes adotará o nome parlamentar de Fernando Matusalém

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate*: Senador Roberto Requião e o engenheiro em segurança de dados, Amílcar Brunoso Filho, falam sobre voto eletrônico
7h30 — *Entrevista*: Senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a CPI das ONGs
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Paisagem metropolitana/Curitiba
9h — *Cores do Brasil* — Turismo no Pantanal
9h30 — *Entrevista*: Senador Mozarildo Cavalcanti
10h — Comissão de Assuntos Sociais
11h — *Especial*: CPI do Judiciário
11h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Diamantina
12h — *Entrevista*: Senador Djalma Bessa fala sobre o desflorestamento da Mata Atlântica
12h30 — *Revista Brasília*
13h30 — *Debate*: Senador Roberto Requião e o engenheiro em segurança de dados, Amílcar Brunoso, falam sobre voto eletrônico
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Entrevista*: Senador Djalma Bessa
19h — *Cores do Brasil* — Turismo no Paraíba

19h30 — *Debate*: Senador Roberto Requião e o engenheiro em segurança de dados, Amílcar Brunoso
20h30 — *Entrevista*: Senador Mozarildo Cavalcanti
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e Informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e Informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e Informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e Informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e Informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e Informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e Informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000, 0 FD 1,17,1,7

Exposição dos 500 anos recebeu público recorde

Evento recebeu 31,6 mil pessoas, mais do que o total de visitantes do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial de Petrópolis por ano

A exposição *Brasil Memória e Futuro*, organizada pelo Senado para marcar os 500 anos do Descobrimento, foi encerrada no dia 31 de julho depois de receber a visita de 31.666 pessoas no período de dois meses. É mais do que o número de visitantes registrado anualmente pelo Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, e pelo Museu Imperial de Petrópolis. As duas instituições cederam as peças para a exposição, que foi montada dentro de rigorosas normas de segurança e conservação no Salão Negro do Congresso Nacional.

— Além de dar sua contribuição para as comemorações dos 500 anos, o Senado buscou fomentar o espírito patriótico na geração que um dia irá administrar o país — disse o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, observando que 90% dos visitantes são alunos de escolas públicas e particulares.

Estudantes — inclusive universitários — do Distrito Federal, de Goiás e de outros estados tiveram a oportunidade de apreciar relíquias como a espada da Independência, a coroa em ouro de d. Pedro I e a única bata (traje usado pelos negros) preservada dos tempos da escravidão. Conforme Agaciel, mais do que o fascínio provocado pelos tesouros trazidos do Rio, o roteiro da exposição proporcionou aos visitantes uma aula ilustrada com os próprios objetos utilizados em momentos considerados históricos.



Os estudantes que visitaram a exposição apreciaram relíquias como a espada da Independência e a coroa em ouro de d. Pedro I

Conforme a Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, dos 31,6 mil visitantes da exposição 24.631 participaram também do *Tour Senado*, programa que mostra não somente a arquitetura do Congresso Nacional, mas também seu funcionamento. O Senado é hoje o terceiro local mais visitado por turistas em Brasília, depois da Catedral e do templo da Legião da Boa Vontade, e o primeiro entre as instituições públicas.

— Estamos trazendo a sociedade para dentro do Senado — disse Agaciel. Ele informou que em breve o Senado abrigará exposição mostrando peças representativas dos azulejos de São Luís.

Estamos trazendo a sociedade para dentro do Senado — disse Agaciel. Ele informou que em breve o Senado abrigará exposição mostrando peças representativas dos azulejos de São Luís.

Estamos trazendo a sociedade para dentro do Senado — disse Agaciel. Ele informou que em breve o Senado abrigará exposição mostrando peças representativas dos azulejos de São Luís.

Treinamento de servidor será embrião da Universidade do Legislativo

O curso de Processo Legislativo a distância, a ser veiculado por meio de canal interno de TV, dará início no dia 29 à fase preparatória de implantação da Universidade do Legislativo, que oferecerá a estados e municípios a oportunidade de formar pessoal dedicado à correta aplicação do dinheiro público. O canal 46, a ser aberto no dia 28 pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, estará à disposição dos servidores do Senado em aparelhos de TV ou computadores ligados à rede VIP.

Segundo o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, os programas do curso de Processo Legislativo, com duração de 20 minutos cada, serão apresentados em três horários — pela manhã, à tarde e à noite —, de segunda a quinta-feira. Na sexta-feira, as três aulas serão reapresentadas em dois horários. Os servidores que desejarem poderão fazer as provas aplicadas pelo ILB, credenciando-se a obter o certificado de participação.



Agaciel: sistema revolucionário na formação de recursos humanos na administração pública

Com a experiência a ser adquirida no VIP 46, o Senado buscará o melhor formato para os programas a serem transmitidos para todo o Brasil por meio da TV Senado e da Interlegis, a rede virtual do Legislativo. Segundo Agaciel, os programas devem ser produzidos em linguagem que facilite o entendimento de questões complexas como o próprio processo legislativo, a administração de pessoal e a execução

e fiscalização orçamentária.

— Com apoio do Banco Mundial, estamos implantando um sistema revolucionário e modelar na formação de recursos humanos voltados à administração pública — disse o diretor-geral.

Agaciel Maia explicou que os cursos a serem veiculados gratuitamente pela Universidade do Legislativo propiciarão uma enorme economia, permitindo a qualquer cidadão, mas principalmente a servidores e autoridades municipais e estaduais, capacitarem-se sem a necessidade de deslocamentos.

Além de cursos específicos sobre temas legislativos, administrativos e financeiros, a universidade deverá ministrar um curso de graduação em Ciência Política. E, em convênio com a Universidade de Brasília (UnB), deverá ser montado curso em nível de pós-graduação na área de Administração e Processo Legislativo. Este último habilitará os servidores da casa a assumirem diretorias e funções superiores nos gabinetes.

Nabor teme que Amazônia caia em mãos estrangeiras

Ele defendeu o aproveitamento racional e responsável da região e o fim da “falsa contradição ambientalistas *versus* desenvolvimentistas”

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) manifestou, na última sexta-feira, preocupação com a desnacionalização da região Norte. Ele defendeu o aproveitamento racional e ecologicamente responsável da Amazônia, o equilíbrio entre intenções e atitudes e o fim da “falsa contradição ambientalistas *versus* desenvolvimentistas”.

Nabor Júnior fez essas afirmações ao comentar o artigo “Periga a soberania brasileira na Amazônia”, publicado pelo coronel da Aeronáutica Aldo Alvim na edição de 20 de julho do *Jornal do Commercio*. Baseado no artigo, que trata de uma exposição feita pelo comandante militar do Leste, general Luiz Gonzaga Lessa, o senador informou que a soma das reservas indígenas, dos corredores ambientais em implantação ao longo dos principais rios da Ama-



Nabor: defesa do meio ambiente não pode servir de pretexto para a desnacionalização da região

zônia e das reservas ambientais representam 70% do território amazônico. Nessas áreas, não se pode plantar, explorar as reservas minerais, pescar, morar ou navegar. – Sou visceralmente contrário à

devastação sistemática das florestas, defendendo com todas as minhas forças o direito das tribos à demarcação das terras em que viverão. Mas isso não pode, em hipótese nenhuma, ser pretexto para desnacionalização de nossas terras, por menores que sejam as glebas envolvidas. Ainda mais quando estão em jogo 70% do território da Amazônia, que, por seu turno, representa mais da metade do solo brasileiro – afirmou Nabor.

Segundo o senador pelo Acre, o artigo do coronel Aldo Alvim também expõe outro problema que afeta a soberania nacional: a falta de recursos para garantir efetivamente as fronteiras brasileiras. O texto revela que, no ano passado, o Orçamento Geral da União reservou para as tropas em serviço nas fronteiras do Brasil o total de R\$ 800 mil.

Mozarildo defende CPI para investigar ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que apóia a instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) proposta pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) para investigar a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil, principalmente na Amazônia. Mozarildo informou que o requerimento já foi entregue à Mesa do Senado com 37 assinaturas, e o próximo passo será a indicação dos membros por parte dos líderes dos partidos.

– As ONGs começaram a atuar no Brasil com um trabalho de propaganda, de convencimento da necessidade de sua atuação em defesa do meio ambiente, dos índios e de outras causas que concordamos que devem ser abraçadas e defendidas. Mas, aos poucos, foram ocupando o lugar do Estado em algumas atividades, financiadas até com dinheiro público – denunciou o senador.

Para Mozarildo, “a CPI será a oportunidade para que o país volte os olhos para o interior da Amazônia”. Ele disse que o Brasil não pode ir a reboque do que pensam os países europeus e os Estados Unidos sobre a Amazônia. “Nós é que temos que dizer a eles como queremos a nossa Amazônia e de



Para o senador Mozarildo, as ONGs encampam boas causas, mas têm-se desviado de suas funções

qual forma a região deve beneficiar a nós, brasileiros”, acrescentou o parlamentar.

Mesmo ressaltando que nem todas as ONGs atuam de maneira prejudicial ao país, Mozarildo Cavalcanti citou o exemplo de uma organização não-governamental que adquiriu 170 mil hectares de terra em Roraima como exemplo dos desvios que ocorrem na atuação dessas instituições. A gleba foi adquirida, segundo o senador, de posseiros ribeirinhos.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral destacou que a CPI irá esclarecer quais as ONGs atuam seriamente no país, quais estão atu-

ando na clandestinidade e de onde vem o dinheiro para elas. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que é contra as ONGs que “vêm tumultuar a vida nacional” e favorável às que procuram ajudar o Brasil. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) garantiu o apoio da oposição à CPI e pediu o mesmo tratamento dos governistas às propostas de CPI lançadas pela oposição.

Funai é acusada de não pagar a pensões

Mozarildo Cavalcanti afirmou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) não paga há um ano as pensões que hospedam, em Brasília, os índios que precisam ir até a capital do país para tratamento de saúde ou resolver outros problemas. Ele disse que tentou marcar uma audiência com o presidente da instituição, Glênio da Costa Alvarez, para comunicar o problema, mas, como a audiência só poderia ser realizada dia 14, resolveu fazer a denúncia no Plenário.

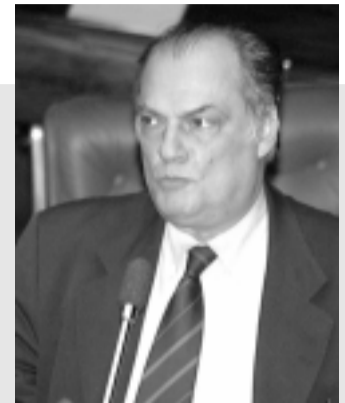
Dirigindo-se ao Ministério dos Transportes, Mozarildo Cavalcanti fez um apelo no sentido de que seja implantado em Roraima um distrito rodoviário. Ele explicou que atualmente é um distrito instalado em Manaus que cuida das estradas de Roraima.

Comissão visita áreas afetadas por enchente

Os membros da comissão especial externa criada para acompanhar as dificuldades provocadas pela enchente nos estados de Pernambuco e Alagoas estiveram na sexta-feira em Maceió (AL) para visitar as áreas atingidas. Também estava previsto um encontro dos parlamentares com o governador Ronaldo Lessa, no final de semana.

A chuva já causou 27 mortes e deixou cerca de 90 mil pessoas desabrigadas em Alagoas, além de outras 17 mil pessoas e mais 18 óbitos no estado vizinho, segundo a Defesa Civil. Cerca de 1.200 homens do Corpo de Bombeiros e das Forças Armadas estão envolvidos no socorro às vítimas da enchente em Alagoas.

A comissão é presidida pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), que foi o autor do requerimento para criação do grupo de



Roberto Freire propôs a criação e é o presidente da comissão especial do Senado

trabalho. O vice-presidente é o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) e o relator, o senador Clodoaldo Torres (PTB-PE). Também integram a comissão os senadores José Jorge (PFL-PE), Heloísa Helena (PT-AL), Djalma Bessa (PFL-BA) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Moreira registra inauguração de usina de borracha em RO

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) elogiou a inauguração da usina de beneficiamento de borracha natural, em Porto Velho (RO), que virá melhorar a remuneração dos seringueiros que vivem da extração do produto nativo. Segundo Moreira, a usina se tornou realidade graças aos esforços da Cooperativa dos Seringueiros de Rondônia (Cooseron) e à cooperação recebida do governo federal e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

– Com o trabalho da Cooseron, o preço da borracha bruta, que era pago a R\$ 0,70 o quilo, já está sendo remunerado a R\$ 1,00 para os associados da entidade. E a cooperativa já se prepara para comercializar outros produtos da floresta, como castanha, óleo de copaíba, tecidos e a produção da madeira abatida por meio do manejo florestal – explicou o senador.

Moreira Mendes afirmou, ainda, fazer parte dos planos da Organização dos Seringueiros de Rondônia o gerenciamento de projeto de ecoturismo, com base comunitária. Para ele, a usina re-



Moreira Mendes disse que a usina vai melhorar as condições de vida dos povos da floresta

presenta o primeiro passo para todos esses empreendimentos que virão melhorar o padrão de vida e as perspectivas econômicas dos povos da floresta.

Segundo o senador por Rondônia, outras conquistas precisam ser obtidas, como as que travam os índios pela demarcação de suas terras e os povos ribeirinhos que reivindicam apoio aos seus projetos de pesca e beneficiamento. “Por isso a Cooseron conclama os governos federal e estaduais e prefeituras a participarem desses esforços”, concluiu Moreira Mendes.